BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Abril – Maio – Junho– ISSN 2175-9103 Nº88

Boletim Número 88
Data: Abril – Maio – Junho/2021

EDITORIAL

O Boletim de n° 88 chega aos leitores com os assuntos que tiveram destaque na América Latina neste segundo trimestre de 2021. A América Latina foi fortemente impactada pela pandemia do coronavírus, o que acabou por tensionar ainda mais as expressões das desigualdades sociais e questões políticas em nosso continente, e vem sendo palco de importantes lutas e mobilizações sociais. É nesse conjunto de acontecimentos e processos políticos importantes que destacamos no presente boletim, matérias que nos trazem reflexões sobre os 30 anos do bloco econômico sul-americano, o Mercosul. Edson Veiga nos traz os desafios impostos ao bloco pela pandemia e possíveis desafios para um pós-pandemia. Jorge Marchini faz um balanço para refletirmos se os objetivos e resultados propostos inicialmente foram alcançados. Aram Ahanoriam aborda os avanços e retrocessos que surgiram ao longo dos 30 anos do bloco. Também temos um artigo sobre as manifestações do 19J contra o presidente brasileiro Jair Bolsonaro.

A equipe do PROEALC se faz presente na seção "Espaço Aberto": o bolsista-pesquisador Vitor Araujo traz contribuições acerca das eleições peruanas, com a vitória da esquerda, surgiram ameaças de golpes militares a fim de defender o Peru da suposta "ameaça comunista" e pedidos de eleitores da esquerda para que o resultado seja respeitado, evidenciando a polarização no Peru. Esta edição também conta com uma entrevista com o Dr. Oscar Santelices M. para darmos devido destaque à nova constituinte chilena, vinda através de muita mobilização popular, reivindicando uma constituição mais comprometida com as demandas atuais e buscando uma "democracia plena", antes mesmo da pandemia emergir no mundo. Por último, trazemos a agenda acadêmica, com eventos online, lives e afins do trimestre e indicações de lançamentos de livros e coletâneas, com temas relacionados à América Latina e Caribe.

Desejamos a todos boas reflexões e uma excelente leitura.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
E Bolsistas Pesquisadores do PROEALC

Em Foco I

Aos 30 anos, Mercosul tem no pós-pandemia seu maior desafio

Por Edson Veiga
26/03/2021

Menos de 10 anos antes daquele 26 de março de 1991, a ideia de viver numa democracia estável na América Latina não passava de um conto dos mais baratos que o pior do realismo fantástico do subcontinente seria capaz de produzir. Como se não bastasse, pensar numa

sociedade local que gozasse de estabilidade econômica significava um desafio maior que uma viagem a Saturno.

Mas foi nesse dia, em meio a esse cenário, que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmaram o Tratado de Assunção, que estabelecia a criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, e permitia aos quatro vizinhos brincarem também de bloco econômico, já que as zonas de livre comércio eram o hit daqueles primeiros anos de mundo globalizado.

Trinta anos mais tarde e alguns processos de dolarização, corralitos, vitórias da esquerda, da direita, dinastias políticas e impeachments depois, a relação estabelecida naquele dia em Assunção deve ser uma ferramenta importante para a recuperação econômica depois da crise sanitária do coronavírus, acreditam especialistas ouvidos pela CNN Brasil.

“Nos pós-pandemia, não haverá solitários. Todos precisarão de todos”, afirma o jurista Clayton Vinícius Pegoraro de Araújo, doutor em direito das relações econômicas internacionais e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. “Tenho certeza de que o Mercosul tem essa força”, completa.

O momento atual pode parecer de desconstrução dos sistemas globais. Mas a história mostra, como ocorreu nos períodos que sucederam as guerras mundiais, que o fortalecimento das relações internacionais e econômicas entre os países é essencial para restabelecer alguma normalidade depois de uma grande crise. “Precisaremos gerar uma quantidade muito grande de negócios para retomar o patamar anterior à pandemia”, analisa Araújo.

Em um cenário pós-pandêmico, o bloco sul-americano pode inclusive encontrar meios para crescer e conquistar espaços. Estados Unidos, China e Rússia digladiam-se em seus próprios conflitos, enquanto a União Europeia deverá estar mais focada em uma recuperação interna, já que ainda sente os efeitos do “Brexit”, a saída do Reino Unido do bloco.

Link: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/03/26/aos-30-anos-mercosul-tem-no-pos-pandemia-seu-maior-desafio

Em Foco II

30 anos Mercosul, é hora de fazer um balanço e reconsiderar suas perspectivas

Por Jorge Marchini
25/03/2021

Um aniversário que completa uma década pode sempre ser uma oportunidade ou uma desculpa para o equilíbrio e reflexão da evolução, resultados e perspectivas de sonhos e projetos de uma sociedade.

Por isso, pode ser particularmente sábio fazer um balanço do já citado Mercosul, três décadas após a assinatura pelos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai de seu acordo constitutivo. Em seu ponto de partida, o chamado Tratado de Assunção afirmou de forma muito ambiciosa que a integração era “uma condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social”.

Nessa perspectiva, este documento referia-se explicitamente às exigências dos países participantes para: a) alcançar a liberalização comercial completa e a eliminação das restrições não tarifárias entre os países membros em apenas quatro anos; b) o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros países; c) coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; e d) o compromisso de harmonizar a legislação.

Aliás, muita história se passou não só na região, mas no mundo desde a última década do século passado. O processo de integração não foi linear e seus resultados não foram os esperados. Isso pode ser verificado não só na evidência dos números estatísticos que refletem o limitado quadro produtivo, comercial e social regional, mas também na mudança de consideração e expectativas das próprias sociedades.

Estes passaram de uma euforia esperançosa inicial elevada a um cepticismo marcante e justificado, especialmente a ser percebido, sem muito esforço analítico, mas por causa das experiências cotidianas, que não só não foi alcançado, mas o prometido - e repetidamente frustrado - "Desenvolvimento econômico justiça."

Mas então cabe perguntar se o Mercosul cumpriu ou não os objetivos traçados. Quais são as razões de suas limitações? O velho e lógico sonho de uma integração regional e complementar realista ainda é viável, ou é apenas uma referência ideal, mas inatingível no quadro dos efeitos e incógnitas colocados pelas grandes crises e reestruturações a nível global que se percebem em paralelo com a pandemia?

Link: https://www.alainet.org/es/articulo/211539

Em Foco III

Mercosul, 30 anos de adulteração do ideal integracionista

Por Aram Aharonian
23/03/2021

O Mercosul foi formalmente criado em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos presidentes de seus quatro países fundadores: Carlos Saúl Menem pela Argentina, Fernando Collor de Melo pelo Brasil, Andrés Rodríguez pelo Paraguai e Luis Alberto Lacalle Herrera (pai do atual presidente) pelo Uruguai.

Nesses 30 anos, avanços e retrocessos foram adicionados. Diferentes governos assumiram a liderança para promover uma maior integração e consolidação do bloco regional, geralmente os de caráter progressista, que conseguiram incorporar a Venezuela como a quinta estrela do céu do Mercosul. Até que Washington e Bruxelas disseram o suficiente ... e nossos governos submissos começaram a refazer.

Mas as potências hegemônicas não querem integração na região. Assim, o verso neoliberal de "maior integração ao mundo" está se tornando uma perda de soberania nacional e regional ... e o assassinato de esperanças e sonhos. Cada país separadamente é mais fácil de dobrar, de subjugar.

Neste último ano, o presidente uruguaio de direita, Luis Lacalle, quis se apresentar (pelo menos em declarações e nas redes sociais) como o motor do Mercosul. Obviamente, aceitando qualquer condicionalidade estabelecida pelos poderes hegemônicos. Y hoy insiste, junto a Bolsonaro y Abdo, en la "flexibilidad" del Acuerdo, lo que implica dejar de lado la Resolución 32/00 del CMC del Mercosur, la cual dispone que sólo se podrán negociar tratados comerciales en forma conjunta, por todos os membros.

O que se está tentando é que a chamada União Aduaneira imperfeita (devido às exceções existentes em sua Tarifa Externa Comum), retroceda para uma Zona de Livre Comércio, e que por meio dos fatos seja anulado um processo de integração regional, que além de suas imperfeições, pode levar à superação da condição de países dependentes e subdesenvolvidos.

Lacalle tem grande interesse em fazer um acordo comercial com a China, apesar dos estudos de impacto, que indicam o quão inconveniente seria. Por sua vez, Bolsonaro manifestou interesse em celebrar acordos comerciais com os Estados Unidos, Japão e Índia. Cada um ao seu lado, abandonando 30 anos de esforço comum.

Em poucos meses, o chanceler uruguaio Francisco Bustillo fez declarações díspares sobre o acordo Mercosul-União Europeia (UE). "As negociações concluídas com a UE e a Associação Européia de Livre Comércio devem servir de base comum e um exemplo de que os parceiros alinhados do bloco podem obter melhores resultados em uma negociação", disse ele aos deputados em 7 de outubro de 2020.

Parece que o acordo não se move se a questão ambiental não for resolvida, que parece ser a única coisa que interessa ao imaginário coletivo pan-europeu. Propor que a preocupação ambiental dos europeus é uma simples desculpa para o lobby agrícola franco-irlandês parece ser, no mínimo, um grande equívoco que só pode complicar, ainda mais, o difícil caminho para a ratificação (ou assinatura) do acordo.

Hoje no sul do sul estamos mais "balcanizados" do que nunca e parece que os objetivos descritos há 30 anos são apenas sonhos de uma noite de verão. Talvez chegar a um consenso sobre uma agenda anual conjunta que nos permita dar passos para frente e não para os lados, para superar o pragmatismo vazio, o ideologismo barato e remanejado, a necessidade de manter os cidadãos mal informados, que prevalecem nestes tempos de pandemia.

Talvez um brinde virtual destes presidentes e seus chanceleres seja suficiente, pelos 30 anos de um sonho - e um mandato - que eles sucessivamente falharam em cumprir.

Link: https://www.alainet.org/es/articulo/211513

Em Foco IV

Manifestações do 19J mostram o vigor das forças populares nas ruas

Por Igor Felippe Santos
21/06/2021

As manifestações de 19 de junho foram expressivas e mantiveram o vigor das forças populares nas ruas, com a mobilização de mais de 750 mil pessoas em mais de 400 municípios.

Houve um salto quantitativo em comparação com a jornada de 29 de maio, especialmente em relação à expansão em novas cidades. Mesmo com a ampliação de entidades na convocação, os atos nas capitais não tiveram um crescimento expressivo no número de participantes.

As cores da bandeira do Brasil, o verde e amarelo, apareceram com mais destaque em bandeiras gigantes, faixas e cartazes, em meio ao mar de vermelho.

A jornada teve um perfil de manifestantes nas grandes ciudades muito próximo ao da jornada anterior, com segmentos dos setores médios, juventude estudantil e lideranças das organizações da clase trabalhadora. Ou seja, houve uma "ampliação horizontal" nessas camadas sociais, com baixa participação da clase trabalhadora nas grandes cidades.

A organização de atos em um número maior de municipios médios e pequenos teve um peso relevante no aumento do número de mobilizados e abre margem para ampliar a participação de segmentos da sociedade, como camadas da clase trabalhadora e dos trabalhadores rurais.

A marca de 500 mil mortos pelo coronavírus e as manifestações por todo o país impulsionaram a ação nas redes sociais. Foram mais de 202 mil participantes no Twitter, com mais de 1.8 milhão de postagens. O bolsonarismo ficou isolado, com 20% das postagens, enquanto o campo de oposição se dividiu em agrupamentos de organizações e lideranças políticas, imprensa, jornalistas, artistas e figuras públicas.

As redes de TV cobriram os atos desde a manhã do sábado, apresentaram as pautas (contra o presidente Bolsonaro, pela aceleração da vacinação e por políticas de renda, como o auxílio emergencial de R$600) e anunciaram as organizações responsáveis pela convocação (Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo e Coalizão Negra).

Deram a dimensão dos atos, com tomadas dos carros de som e imagens aéreas de drones ou helicópteros. No domingo, os principais jornais impressos registraram na capa fotos e fizeram matérias sobre a manifestação, apresentando os dados dos organizadores.

As preocupações com as medidas sanitárias nos atos foram reconhecidas pela imprensa empresarial que registrou, mais uma vez, que os manifestantes usavam máscaras, diferenciando dos protestos bolsonaristas, e que os organizadores reforçavam no carro de som a necessidade de manter um distanciamento e usar álcool gel.

A organização de dois atos expressivos em um período de três semanas demonstra que a mobilização se mantém firme, mas a última jornada não representou um salto de qualidade.

A convocação da primeira manifestação de massa pela esquerda durante a pandemia, o 29/5 marcou a mudança na conjuntura para uma situação mais favorável para as forças populares. Por isso, as manifestações de maio tiveram um efeito excepcional, porque geraram uma curiosidade e uma surpresa, com a mobilização de milhares de pessoas pelo país, fruto do efeito psicossocial de sair às ruas pela primeira vez para protestar e colocar para fora a indignação com o governo.

Diante disso, os protestos de 19 de junho tiveram, em comparação, um impacto político-social menor. Esse diagnóstico multiplica os desafios para as forças populares em relação às próximas jornadas para manter o patamar alto e evitar uma certa "banalização", chamando atos em um curto período de tempo, com um número de participantes parecido e as mesmas pautas.

Mais mobilizador do que fazer sinalizações à direita não bolsonarista, que está bastante enfraquecida no cenário político, a massificação passa por atrair segmentos da massa de trabalhadores.

A necessidade de dar salto qualitativo para derrotar o presidente Jair Bolsonaro e avançar na ofensiva tática das forças populares impõe intensificar um processo de mobilização a partir das categorias, com a adesão das centrais sindicais, e do trabalho nos bairros mais populares, envolvendo camadas maiores da clase trabalhadora, o que talvez seja possível apenas depois da vacinação cobrir a maior parte da população.

É necessário também discutir as linhas de massa para agregar a clase trabalhadora das grandes cidades. As bandeiras das manifestações, que têm unidade na palavra de ordem "ForaBolsonaro", precisam ganhar maior concretude, expressando os problemas vividos pelas maiorias e apresentando propostas possíveis de se efetivar para adensar segmentos que se movem a partir de intereses econômicos.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2021/06/21/artigo-manifestacoes-do-19j-mostram-o-vigor-das-forcas-populares-nas-ruas

Espaço Aberto I

Reflexões sobre o processo político no Peru

Por Vitor Araujo*

É impossível falar sobre a eleição presidencial de 2021 no Peru sem falar sobre o fenômeno do fujimorismo, nome dado às políticas e ao culto à personalidade construído em torno do ex-presidente peruano, Alberto Fujimori. Fujimori foi eleito democraticamente em 1990, e governou sem grandes percalços no seu primeiro ano de governo: ele tinha a maioria parlamentar e conseguiu implementar reformas neoliberais no país, que ficaram conhecidas como Fujishock.

Porém, a partir da segunda metade de 1991, o Congresso passou a resistir aos esforços de Fujimori de adotar políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, especialmente medidas de austeridade. Com essa justificativa, Fujimori deu um autogolpe em 5 de abril de 1992, com apoio das Forças Armadas. Criando o Decreto-Lei 25.418, o Congresso e a Suprema corte foram fechados, o Poder Executivo ficou encarregado de todos os poderes legislativos, grande parte da Constituição foi suspensa e o presidente foi capaz de aprovar diversas reformas, como a "aplicação de punições drásticas" para terroristas, sendo estabelecido o que Fujimori chamou de “Governo de Emergência e Reconstrução Nacional”. Fujimori foi presidente do país até sua renúncia, em 2000, e seu governo foi marcado pela perseguição, sequestro e morte de opositores políticos e pela esterilização sem consentimento de mais de 300 mil mulheres, a maioria indígenas e pobres.

O Fujimorismo continua vivo após 30 anos da eleição de Alberto Fujimori através de sua filha, Keiko Fujimori. Keiko candidatou-se à presidência do país nas eleições de 2011, 2016 e, mais recentemente, em 2021, sendo sempre derrotada por estreitas margens no segundo turno: 2,9% em 2011 e 0,24% em 2016. Keiko aproveita a popularidade de seu pai, querido das elites peruanas e de diversos setores populares, por causa de sua luta contra o terrorismo e pelo fim da crise económica na década de 90; ao mesmo tempo, a candidata tenta se desvencilhar da ideia do autoritarismo, defendendo os direitos humanos e a liberdade de imprensa. Mas, com um governo autoritário e uma condenação a 25 anos de prisão pela morte de 25 pessoas em seu histórico familiar, não é uma tarefa fácil para Keiko desvencilhar sua imagem do nome de seu pai: cerca de 60% dos peruanos afirmam que jamais votariam na ex-congressista. Além disso, a própria Keiko é acusada de lavagem de dinheiro por receber ilegalmente dinheiro da Odebrecht em sua campanha à presidência em 2011.

Do outro lado, concorre o candidato da esquerda, o professor e sindicalista Pedro Castillo. No primeiro turno, Castillo fez campanha nas praças das cidades mais distantes da capital, Lima, inclusive desafiando as normas sanitárias impostas em decorrência da epidemia de covid-19, ao mesmo tempo que seus adversarios evitaram comícios e aglomerações. As elites não viam a candidatura de Castillo como possível, e quando perceberam, o profesor já liderava as pesquisas para o primeiro turno das eleições. Importante expor que, apesar do discurso de esquerda populista, contra o *establishment*, a campanha de Castillo é repleta de propostas conservadoras, como mão dura contra os criminosos, a imigração e a rejeição à identidade de gênero e ao aborto. Além disso, Castillo deixa claro em seus discursos que não é comunista nem chavista.

Castillo venceu com 50,125% dos votos, com pouco mais de 40 mil votos de diferença. Castillo venceu nas províncias do interior e com os votos das pessoas mais pobres, enquanto a capital, os bairros mais ricos e a clase média votaram em peso em Fujimori. Mas a vitória ainda não foi anunciada oficialmente: Keiko Fujimori apresentou pedidos para anular 802 registros de votação, o que representa cerca de 200 mil votos, localizados nas áreas onde Castillo venceu por grande margem. As acusações de Keiko carecem de qualquer tipo de prova e a Comissão Eleitoral nega qualquer tipo de fraude. O fenômeno das notícias falsas também foi comum: apoiadores do fujimorismo acusam, de maneira infundada, Castillo de ser terrorista.

O que observamos nas eleições peruanas de 2021 segue a mesma lógica da eleição brasileira de 2016, ou a eleição estadunidense do ano passado: polarização política e geográfica, acusações de fraude, notícias falsas. De um lado, uma família política que liderou o país por uma década e do outro, um candidato “de fora”, que se propõe a ser diferente dos políticos tradicionais. O comunismo como o fantasma que permeia a política, no qual nenhum candidato quer ser associado. Em um país com uma tradição democrática frágil como o Peru, é difícil imaginar o futuro governo de Castillo como harmonioso, ao contrário, é mais provável que as disputas políticas e ideológicas continuem. Sem a maioria do congresso, Castillo terá que contar com a ajuda do centro para qualquer tipo de governabilidade, o que pode fazer com que o presidente tenha dificuldade de cumprir suas promesas eleitorais.

***Bolsista pesquisador do PROEALC e Graduando do curso de Relações Internacionais da UERJ.**

Referências:

AQUINO, Marco; ESCHENBACHER, Stefanie. 'Não somos comunistas', diz Castillo apósapuração indicar suavitórianaseleiçõespresidenciais no Peru. G1, 16 de jun. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/16/nao-somos-comunistas-diz-castillo-ao-tentar-acalmar-temores-no-peru.ghtml>Acesso em: 2 de julho de 2021.

BANDA, Gonzalo. Pedro Castillo e o medo das elites peruanas. El País Brasil, 11 de jun. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-06-11/pedro-castillo-e-o-medo-das-elites-peruanas.html>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

BANDA, Gonzalo. Peru, uma derrota certa. El País Brasil, 07 de jun. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-06-07/peru-uma-derrota-certa.html>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

MARINHO, Michelle. Fujimori é condenado a 25 anos de prisão no Peru. BBC Brasil, Peru, 7 de abril de 2009. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/04/090407_fujimori_rc>Acesso em: 2 de julho de 2021.

MELLO, Michele de. Fujimorismo: corrente que nasceucomditador busca se reinventar naseleições do Peru. Brasil de Fato, Venezuela, 01 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/01/fujimorismo-corrente-que-nasceu-com-ditador-busca-se-reinventar-nas-eleicoes-do-peru>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

Por que o fujimorismo continuatendoapoio no Peru? BBC Brasil, 11 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160411_eleicao_peru_tg>Acesso em: 2 de julho de 2021.

QUESADA, Juan Diego; FOWKS, Jacqueline. O Peru que o vencedor das urnas Pedro Castillo tem em mente. El País Brasil, Lima, 13 de jun. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-13/o-peru-que-o-vencedor-das-urnas-pedro-castillo-tem-em-mente.html>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

Espaço Aberto II

Entrevista com o Dr. Oscar Santelices Moya

No mês de maio, os chilenos foram as urnas para eleger os 155 cidadãos que irão redigir a nova Constituição do país, destinada a substituir a Constituição herdada da ditadura de Augusto Pinochet. Conversamos com o **Dr. Oscar Rodrigo Santelices Moya**, Pós doutorando em Serviço Social pelo PPGSS-UERJ, Pedagogo pela UERJ, Psicólogo pela PUC-Rio, Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pelo PPFH-UERJ, Doutor em Seviço Social pelo PPGSS UERJ e cidadão chileno, para enterdermos a importancia da nova Constituição e como ela afeta o povo e a democracia chilena.

PROEALC - Por que uma nova Constituição é tão importante para o povo chileno?

Dr. Oscar - A Constituição é fundamental porque ordena a estrutura democrática de um país e estabelece a participação dos diferentes atores, individuais e coletivos, na tomada de decisões. No caso, a Constituição chilena de 1980 tem um problema de legitimidade e origem, não foi desenvolvida em uma democracia e não tem uma participação plena dos cidadãos. Ou seja, há críticas fortes, a respeito de como a Constituição foi elaborada, e daqueles que participaram nesse processo. E, em última análise, qual foi o grau de legitimidade que possui. Pelo mesmo motivo, se faz necessário modificar a Constituição, porque de fato nosso sistema político está mostrando que a crise de confiança, a crise de representação política e a tensão que existe entre os cidadãos e as elites, necessariamente exige o estabelecimento de novas regras do jogo, que nos permitam recuperar essa consciência institucional e dar garantias de estabilidade ao nosso sistema político democrático. Uma simples reforma da Constituição não mudaria questões que hoje são fundamentais para os cidadãos e que se referem à extensão dos direitos sociais. A principal reclamação dos cidadãos diz respeito à democracia, que se sente insatisfeita a nível latino-americano com o sistema político democrático. Principalmente, por não conseguir responder adequadamente às suas demandas, por isso é necessário que esses direitos não estejam apenas no papel, mas que os cidadãos sintam realmente que houve uma mudança que implica uma melhoria na sua qualidade de vida.

PROEALC - Os candidatos independentes receberam uma expressiva porcentagem dos votos na eleição para constituintes. Isso pode significar um descontentamento do povo chinelo com os políticos tradicionais?

Dr. Oscar - No Chile, a desconfiança dos cidadãos a respeito da classe política vem crescendo de forma marcante nos últimos anos. Começou com uma rejeição de 54% no ano de 91 e chegou a 95% no ano de 2016, 2017. Hoje estamos com uma rejeição de 90%, mais ou menos, em relação ao Estado, ao governo e aos políticos. Portanto, há uma crise de representação. Quando um povo não se sente representado pela elite política, ele passa a se auto-representar. Por outra parte, os independentes são cidadãos que a partir de novos olhares defendem sensibilidades diversas,como o feminismo, meio ambiente, educação, justiça social ou saúde, que apresentaram sua candidatura com ocasião do processo constituinte, sendo esta a primeira vez na história em que estrangeiros puderam concorrer às eleições com estruturas partidárias tradicionais. O sucesso dos candidatos independentes liga este processo constituinte aos protestos sociais de outubro de 2019, que motivaram os cidadãos a participarem diretamente na construção do novo modelode país, reivindicado nas ruas. Mudar a Carta Magna herdada da ditadura deAugusto Pinochet foi uma exigência central dos protestos sociais que eclodiram no Chile contra a desigualdade e o elitismo. Desta forma, o resultado da votação deve ser interpretado como uma punição para a direita governante e os partidos políticos tradicionais. O próprio presidente Piñera afirmou que nem o governo, nem os partidos tradicionais, estão “sintonizados adequadamente com as demandas e desejos dos cidadãos”

.

PROEALC - O que esperar da nova Constituição do Chile?

Dr. Oscar - Existe uma problemática relacionada com a participação popular no país, não apenas na eleição dos constituintes, mas no processo de elaboração da própria Constituição. Portanto, uma questão que surge diz respeito a que esperar em um momento de deslegitimação da classe política. A Convenção Constitucional vai representar as reivindicações do povo? Enquanto a Convenção estiver em operação, enquanto a discussão formal estiver ocorrendo, haverá uma outra discussão informal na sociedade. Assim, a pergunta é o que fazer para unir a discussão formal e a informal, e definir ainda os mecanismos que possibilitem essa troca?

As audiências públicas, bem como a sintonia dos constituintes com os territórios e as iniciativas de cidadania são algumas das propostas para concretizar a ideia do que o que se discute na Convenção, para dessa forma representar e refletir o que se passa na sociedade. Para tal, se faz necessário promover uma reforma administrativa que torne a nova Constituição uma realidade perceptível para os cidadãos. Uma vez superado esse cenário, a cidadania espera da nova carta fundamental, em primeiro lugar, passar de um Estado subsidiário como o atual, que tem como proposito fundamental garantir as condições do mercado, para um Estado social, cujo dever fundamental seja fazer cumprir os direitos sociais, quais sejam, a educação, a saúde, a moradia e a seguridade social. Passar de um modelo de desenvolvimento extrativista, nocivo ao meio ambiente, que concentra a renda em benefício de poucos, para um modelo comprometido com o meio ambiente, que possa criar valor. Dar mais poder ao Poder Legislativoe diminuir do Executivo, deixando atrás um Estado estruturado de acordo com a lógica de um modelo constitucional imposto por uma ditadura, que deve ser refundado, bem como adicionar mais mecanismos de descentralização e uma maior participação, de maneira a atender as demandas decorrentes do poder soberano dos cidadãos.

Agenda Acadêmica

Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)

Tema: Trabalho alienado, destruição da natureza, e crise de hegemonia

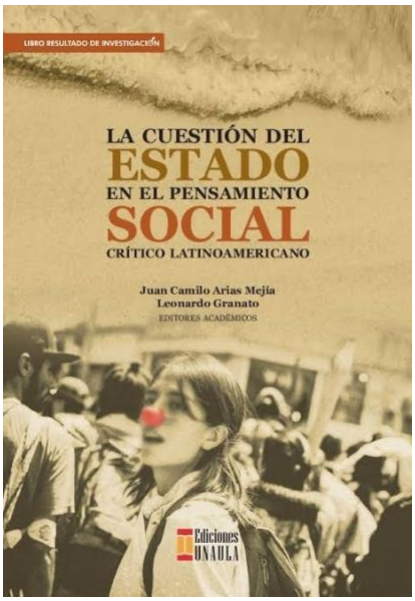
Apresentação: A Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) integra a estratégia do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, de ampliar e intensificar sua inserção na comunidade científica nacional e internacional, tendo em vista elevar o padrão da formação acadêmica e da pesquisa científica no âmbito das Políticas Públicas. Nesse sentido, o evento tem como propósito estratégico estimular a produção de conhecimento, a formação de recursos humanos e a troca de experiências entre pesquisadores, em âmbitos local, nacional e internacional.

Data: 16 a 19 de novembro de 2021
Para mais informações: http://www.joinpp.ufma.br/site/

Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Evento do ciclo América Latina: pandemia, militarização e direitos humanos

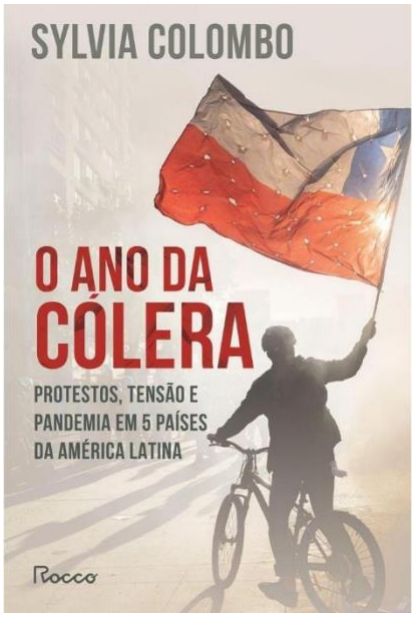
Tema: Os casos de Peru e do Equador
Convidados: Gustavo Gorriti, jornalista do IDL Reporteros em Lima, e Lester Cabrera, professor da Universidad de las Fuerzas Armadas em Quito
Data: 28/06/2021

Lançamentos



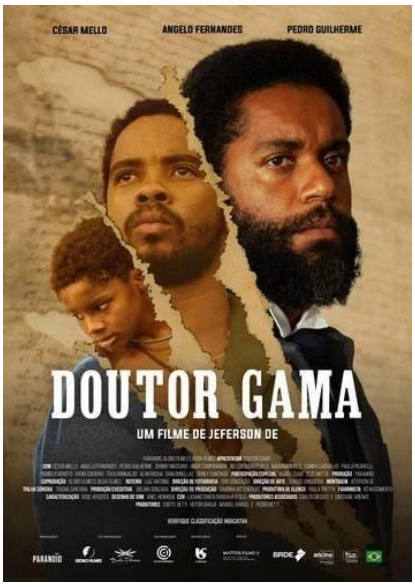
LA CUESTION DEL ESTADO EN EL PENSAMIENTO SOCIAL CRÍTICO LATINOAMERICANO. Adrián Piva · Aldo Duran Gil · Alexandra Z. Arabadzhyan Andrés Tzeiman · Angelita Matos Souza · Beatriz A. de Paiva Félix Pablo Friggeri · Jaime Osorio · Lucio Oliver Mabel Thwaites Rey · Maicon Cláudio da Silva Ricardo Ramos Shiota · Sara da Silva Freitas. Editora UNAULA. 2021.

Sinopse: "En conjunto, los autores de este libro destacan acertadamente que la "especificidad histórica del Estado" en América Latina estaría dada por la heterogeneidad estructural y el carácter subordinado y dependiente de su inserción en la economía mundial, mientras que las múltiples especificidades nacionales devendrían de los procesos de conformación particular de sus clases fundamentales, sus intereses antagónicos, sus conflictos, sus luchas y sus articulaciones, en tensión permanente con su forma de inserción en los ciclos históricos de acumulación a escala global."



O ANO DA CÓLERA. Sylvia Colombo. Editora ROCCO. 2021.

Sinopse: "Antes mesmo da pandemia do novo coronavírus assolar o mundo, a temperatura subiu em terras latino-americanas já bastantes calientes: países considerados estáveis como o Chile, ou prósperos, como a Bolívia, foram cenário de inflamadas manifestações contra seus governos. O fogo e o povo nas ruas deixaram claro o que não estava nas manchetes internacionais: na mesma medida em que se abria a economia e o IDH crescia, aumentava também a desigualdade, direitos eram perdidos, moedas se desvalorizaram. Tudo tem um preço. E na América Latina ele foi pago com a vida de muitos que não puderam reagir diante de sistemas de saúde precários e governos negacionistas, incompetentes ou corruptos. Não bastaram a tensão política e os protestos, a Covid - 19 mais uma vez nos lembrou da dependência e miséria latino-americanas. Em O ano da cólera, a correspondente da Folha de S. Paulo, Sylva Colombo oferece ao leitor um panorama do que aconteceu em cinco países da América Latina antes e durante a pandemia, nos raivosos e doentes anos de 2019 e 2020. Protestos e tensões no Chile, na Bolívia, Venezuela, Argentina e no Uruguai foram tanto a manifestação de uma insatisfação coletiva quanto um presságio macabro de tempos de confinamento e mortes. Sem deixar de fora as particularidades de cada país, a jornalista leva o leitor por um aprazível passeio pela história e seus personagens. De um lado, governantes, ditadores, militares, liberais, populistas, amados e odiados; do outro, o povo, e a certeza de que a América Latina segue pulsante e complexa."



Filme: DOUTOR GAMA. Direção: Jeferson De. GLOBO Filmes. 2021.

Sinopse:"Doutor Gama é baseado na biografia de Luiz Gama, um dos personagens mais importantes da história brasileira, homem negro que utilizou as leis e os tribunais para libertar mais de 500 escravos. Nascido de ventre livre, Gama foi vendido como escravo aos 10 anos de idade para pagar dívidas de jogo de seu pai. Mesmo como escravo, se alfabetizou, estudou e conquistou sua própria liberdade, se tornando um dos mais respeitados advogados de sua época. Um abolicionista e republicano que inspirou um país inteiro."

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Lodi Ribeiro
Vice-reitor
Mario Sérgio Alves Carneiro
Pró-Reitoria de Graduação
Prof. Lincoln Tavares Silva
Pró- Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Prof. Luis Antonio C. P. da Mota
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Claudia Gonçalves Lima
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Profa. Dirce Eleonora N. Soles
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Jorge Figueiredo (PROATEC IV)
Coordenação de Produção:
Brena da Silva Ferreira
Liana Santos de Carvalho
Vitor de Araujo Ferreira
(Bolsistas PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Vitor de Araujo Ferreira e Natália Figueiredo (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.